

A DECADÊNCIA DA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Vanessa Aparecida Rodrigues²

Resumo: Até pouco tempo existia um modelo padrão de diretor escolar, ele era sujeito passivo e sem voz ativa constituindo – se num mero repassador de informações servindo apenas para controlar e supervisionar o funcionamento da escola de acordo com a imposição de normas do sistema de ensino. Nos dias atuais há ainda resquícios em algumas escolas sobre o antigo modelo ditatorial caracterizando-se pelo novo enfoque de organização abrangendo direta ou indiretamente na qualidade do funcionamento da instituição. Diante do exposto, procurou-se estudar a problemática existente nas escolas e onde se desencadearam as crises, os fracassos, o impedimento da atuação participativa do gestor educacional na execução dos comandos dirigidos e a fragmentação e interrupção das metas deste através da hierarquia e do sistema. É de grande relevância o tema abordado, pois os gestores atuais sofrem com a complexidade do cargo. Independente da nomenclatura o gestor é o responsável pela atenção e pela garantia dos “recursos” necessários que assegurem o bom funcionamento do estabelecimento e após ter definido sua própria postura assumindo a responsabilidade de atuar na transformação, será capaz de compreender o sistema e criticar a realidade atuando na busca da superação.

Palavras chave: Rompimento de Paradigmas; Dissociação; Políticas Públicas.

Abstract: Until so long ago, there was a model of school manager, it was a passive person without active voice, being passed on a simple information, serves only to control and supervise the operation of the school in agreement with a imposition of standards of the education system. In actually days there are some schools on the old model dictatorial, but there some places where the manager is autonomous and active characterized by the new focus of the organization directly or indirectly covering the quality of operation of the school. Face of exposed, we search learn the problems existent on schools and where begun this crises, failure, unable to participative manager's educational performance in the implementation of commands sent and fragmentation and disruption of the goals of the manager through the hierarchy and the system. It is so important the question said, 'cause today managers suffer with the complexity of the post, independent of the office, the manager is responsible for attention and ensuring the necessary resources to ensure the smooth running of the school, and after to set your proper posture taking responsibility to act on the transformation, will be can understand the system and make criticizes the reality acting in search of overcoming.

Key Words: Breaking Paradigms; Disocation; Public Policies.

INTRODUÇÃO

Não existem dúvidas de que atualmente a educação passa por mudanças e por sua vez é marcada por forte crise da gestão educativa e sua impossibilidade em cumprir os objetivos e metas necessárias para o sucesso da instituição em todos os âmbitos. Em meio a estas mudanças, as intenções entre o planejar e o êxito não dependem unicamente do gestor, mas de todo o quadro educacional.

A crise do processo educativo se manifesta em diferentes instâncias, ou seja, desde os órgãos encarregados pela formulação de políticas até membros que desenvolvem as mesmas. Podemos perceber então que esse declive na educação não começa e nem termina na educação. Cada vez mais há predominância da tecnocracia imposta de cima para baixo e quando as informações adentram a escola o gestor fica fragmentado entre reagir e tentar inovar ou acatar decisões e simplesmente continuar no descompasso.

A garantia da qualidade de ensino está cada vez menos sendo assegurada pela escola e seus dirigentes, isso acontece porque seus membros concentram-se apenas em sua função, não se sentindo responsável pelos resultados e essa percepção setORIZADA tem sido um dos agravantes pelo fracionamento e dissociação das ações.

Não se fala mais em administração de escola e sim em gestão. Nessa perspectiva, a direção da escola deve passar a ser um trabalho de equipe, com ampla participação de todos os segmentos da escola e também da comunidade. Independentemente da terminologia usada o que importa é a atuação do gestor.

As atuais discussões sobre gestão escolar têm como dimensão e enfoque de atuação: a mobilização, a organização e a articulação das condições materiais e humanas para garantir o avanço dos processos socioeducacionais, priorizando o conhecimento e as relações internas e externas da escola, ou seja, educar para a autonomia.

No cotidiano escolar todos os envolvidos são considerados agentes transformadores e sujeitos ativos no processo e podem permitir ao aluno passar a ser um cidadão participativo da sociedade, uma vez que o conhecimento construído na troca e na participação constitui-se em grande valor estratégico para o desenvolvimento da sociedade e condição importante na qualidade de vida das pessoas.

Educar para a cidadania é o desafio imposto pela sociedade contemporânea. Nesse sentido propomos reflexões sobre as mudanças necessárias na gestão escolar que possibilitem outros enfoques das práticas educativas sustentadas na vivência social, na formação de valores e na participação ativa como líder comunitário.

Pretendemos com este trabalho compreender o papel do gestor nos sistemas educativos, com visão sobre os saberes e práticas de uma cidadania ativa. Nessa perspectiva, o modelo de gestão deixa de ser estático para assumir um paradigma dinâmico, descentralizado e democrático.

Há um profundo descompasso entre a intenção e a ação no campo educacional exteriorizando-se a crise da gestão educacional em diferentes instâncias que podem estar nos órgãos encarregados de formular as políticas e os condutores que decidem a política geral do país. Essa ação contribui para a construção de caráter, porém é controlada pelo Estado e este por sua vez é implementado por políticas.

Entendemos que a relevância deste artigo residiu no fato de que as políticas educacionais oficiais implicam em que as escolas organizem-se de forma pedagógica, autônoma, administrativa e financeira. Desta forma, torna-se mister analisar e refletir os significados e perspectivas que a descentralização, participação e a autonomia na gestão escolar têm se configurado.

As análises do referencial teórico e das experiências vivenciadas pelos participantes do projeto de extensão (diretores, supervisores, coordenadores e professores) referendaram que a participação cada vez mais é controlada e instrumental, ou seja, a comunidade é utilizada para subsidiar as necessidades da escola, não tem, portanto poder político. Em relação à descentralização, o quadro configura-se apenas em desconcentração das tarefas burocráticas, coincidindo com o conceito neoliberal de autonomia¹, a escola tem autonomia para se manter, não para decidir sobre seus rumos.

O DESCOMPASSO DA EDUCAÇÃO E SEUS POLITIZADORES

Nessa pesquisa tem-se a oportunidade de avaliar e refletir estas tais políticas de gestão democrática que tem de certa forma implicado no uso ambíguo da descentralização, da participação e da autonomia, podendo-se analisar as propostas que vêm sendo discutidas e incutidas nas escolas e se estas propostas estão sendo implantadas no sentido de construção da garantia da qualidade social e política do ensino da escola da rede pública.

Gestão democrática, participação e autonomia estão, cada vez mais, restritas nas escolas, a Lei de Diretrizes e Base (LDB nº 9.394/96) é explícita quanto à implantação da gestão democrática, principalmente em três Artigos:

Artigo 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Artigo 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Artigo 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às Unidades Escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Diante da consideração de que tais artigos, embora propaguem a possibilidade de gestão democrática nas escolas públicas, não estabelecem de forma explícita, em que limites se darão essa democratização, compreendemos portanto que é necessário analisar de modo sistemático a chamada gestão democrática que vem sendo permitida pelas políticas educacionais atuais.

O Estado através do poder legislativo implanta formas variadas de controle, e a comunidade educacional, analisando o caso específico da educação implementa ou não. É a organização da sociedade que impulsiona o Estado para a efetivação ou não das demandas sociais o que visivelmente percebemos recair sobre o professor a responsabilidade de tal processo, pois não o isenta de contribuir na construção do PPP - Projeto Político Pedagógico da escola onde diante de sua elaboração já está

¹ Neoliberalismo e autonomia da gestão escolar: O neoliberalismo, desde o início da década de 1980, atribui a desqualificação do ensino à incompetência estatal no planejamento e gerenciamento educacional público, postulando a descentralização administrativa e a autonomia de gestão por parte das unidades escolares, sem que a elas se dêem as condições efetivas de elaboração de seus projetos pedagógicos, da gestão administrativa e financeira, da responsabilidade de decisões e de remuneração de seus profissionais por mecanismos outros que os propostos, a saber, pelo desempenho e bonificação por produtividade.

contribuindo de certa forma para a Gestão Democrática. Complementando o enfoque abordado, Ferreira (2006, p.133).

Ao bom gosto neoliberal, isto significa que se não ocorre a democratização através da participação dos professores, é porque estes são incapazes de promover a democratização, afinal professores e comunidade escolar tem o direito e a possibilidade de participar nos conselhos escolares, órgãos informativos, consultivos e que deliberam sobre as atividades escolares. Se não ocorre a transformação da escola, se esta não fica mais democrática, culpa das vítimas. Este preceito neoliberal, a culpabilização das vítimas, está vinculado ao direito de escolha. Se os professores escolhem errado, se a comunidade e os alunos escolhem errado, o Estado não pode se responsabilizar. O Estado, fornece através do aparato legal os indicativos para a democratização da escola.

Outro aspecto fundamental, exposto na LDB nº 9.394/96 trata-se da Autonomia. Diz a LDB que “Os sistemas de ensino assegurarão às Unidades Escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. O que podemos perceber, é a hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola não sendo absorvida e praticada por quem a propõe. O que podemos analisar diante das pesquisas foi a descontinuidade das propostas que regem a educação refletindo assim a não importância em sua relação ao desenvolvimento das escolas num todo.

Contribui Garcia Walter (1984, p.31):

a falta de tempo para a elaboração de propostas mais consistentes transformaram o governo federal num repositório de planos e programas concebidos aleatoriamente, sem vínculos maiores com as necessidades mais prementes do sistema educacional como um todo. Assim é natural que todo novo ministro se preocupe em executar ações palpáveis que tenham visibilidade externa e que possam demonstrar ao público interessado algo que se está realizando. Caso façamos uma correlação entre êxito relativo ou pequeno de determinadas ações, vamos perceber que este se encontra relacionado à maior ou menor permanência do dirigente à frente das decisões que ele deseja implementar.

De certa forma o governo interfere sobre grande parte da educação, seja através do repasse de recursos sobre a escola, seja na quantidade de materiais, licitações de compras, prestações de contas e até como financiador e gerenciador de programas auxiliares, não sabendo ao certo distinguir o essencial do supérfluo tornando a educação caótica. A obrigatoriedade em atender a população de 6 à 14 anos está cada vez mais tentando manter o aluno nos bancos escolares e efetivamente se aborda um contexto diversificado que ora ocupa o cargo dos formuladores, ora não possui interesse em realizar ações que são irrelevantes e fragmentadas dando a sensação de que não se faz necessária sua aplicação.

Certamente quando a escola recebe tais decisões apenas acata e apesar de realizarem-nas questiona-se tais ações que são utópicas a grosso modo, pois não são condizentes com a realidade das escolas e não tem sequer nenhuma continuidade. Na tentativa de melhorar a qualidade da educação percebemos que tem se revelado totalmente ineficaz, pois o que hoje interessa para quem está no comando e na criação das ações amanhã pode não ter continuidade para quem a assume e assim torna-se um ciclo de fracassos e fragmentos. Não se investe em projetos a longo prazo onde necessitem a espera e o progresso, importante é criar novos projetos e jogá-los na escola para que sejam repassados mesmo sem sucesso. Citamos o caso do ensino fundamental de nove anos onde se integraram as séries a uma nova nomenclatura porém não foram articuladas e repassadas as regras de tais mudanças.

Neste sentido, Ferreira (2006, p. 167) assegura:

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e a prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização.

Enquanto essa questão de desorganização hierárquica ocorrer, lesará a educação e conseqüentemente todos os envolvidos no processo.

PAPEL DO GESTOR DIANTE DO MODELO ATUAL E A REFORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

Muito se fala em gestão democrática e participativa, diante disso está relacionada à qualidade social da educação onde engloba o papel do gestor em sua autonomia, participação popular e sua condução sobre os desafios diários, o que garante o direito à educação para todos por meio de políticas públicas da escola para a comunidade e vice versa voltadas para a melhoria.

A gestão democrática do povo é um dos princípios constitucionais do ensino no artigo lei 206 da Constituição Federal de 1988 e que só acontecerá se colocada em prática “estar no poder é como ser uma dama se tiver que lenhar a pessoa que você é, você não é. Porque somos o que está em nós.” (Margaret Thatcher).

O papel do gestor enquanto articulador é o de promover a igualdade, quem vai garantir a estrutura, contribuir para a superação do sistema, possibilitar interrelação com o modo de produção, distribuição das riquezas da sociedade, organização política e estimular os participantes a refletir sobre a atual política educacional referente à gestão escolar no sentido de discernir a gestão escolar inserida numa perspectiva mercadológica, de uma perspectiva democrática, possibilitando, assim, repensarem sua atuação pedagógica.

Atualmente passamos por crise educacional seja ela em nível de governo ou de instituição privada. Não é só a educação que está preocupada com o modelo de gestão, o que está acontecendo é uma transformação de paradigmas refletindo pensamentos positivos que deverão propor o sucesso escolar e esse refletirá a longo prazo em todos os setores profissionais. Para Cunha e Cunha, “As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (CUNHA; CUNHA, 2002, p.12). Essas políticas são o resultado da construção de interesses que por muitas vezes atrapalham bruscamente em diversos setores, pois construídas sob interesses determinados por normas e leis sendo empreendidas pelo Estado seja no âmbito federal, municipal ou estadual e efetivadas nas áreas da educação, saúde, tecnologia, mercado de trabalho, direitos sociais, cultura e outros.

O Estado, contudo, parece não estar preocupado com a capacidade de desenvolvimento pessoal e formação para a cidadania, está preocupado em desenvolver projetos associados ao assistencialismo visando ao “tudo pode”, “tudo fácil”, “tudo dado”. Não visa auxiliar o trabalho da escola para a construção, para a elaboração e para a formação, os projetos hoje aprovados já esperam que as pessoas envolvidas estejam lapidadas e prontas, não esperam a produção propriamente dita. Assim o gestor enfrenta problemas na educação, pois as ditas soluções políticas já são padronizadas como se as pessoas, costumes e crenças também fossem.

Diante desse contexto cultural pendemos para os erros e os discursos proferidos: aluno indisciplinado, recursos que não chegam à escola, políticas não atuantes entre outros, não devemos ter uma atitude mobilista diante das ações e nem nossos governantes, apenas mapear caminhos e superações através dos fracassos ou insucessos. Não somos acostumados também a nos espelhar nas escolas e pessoas que foram bem sucedidas, apenas nos baseamos nos fracassos, o que faz de nós ainda piores julgando o não progresso independente do tempo, nos acanhando frente as situações difíceis e não avançamos.

Não devemos julgar por antecipação, ver indicadores negativos dentro do contexto escolar e somos acostumados a viver num ciclo vicioso criticando as políticas que estão no entorno da educação, pois no movimento educativo da redemocratização da sociedade foi consolidado desta forma na década de 80, mas na situação atual devemos nos preocupar com os modelos existentes e sairmos do contexto de professores leigos e sabendo separar o porquê fazer e o que realmente é necessário fazer.

Vieira (2006, p. 29), entende que:

O capítulo da educação na Constituição de 1988 é o mais detalhado de todos os textos constitucionais anteriores que, de uma forma ou de outra, trataram da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases, por sua vez mantém o espírito da Carta Magna, detalhando seus princípios e avançando no sentido de encaminhar orientações gerais para o sistema educacional. A importância de conhecer a base legal decorre do fato de que esta, embora por si não altere a fisionomia do real, indica um caminho que a sociedade deseja para si e quer ver materializado.

Independente de como está a realidade brasileira, o Estado tem o dever de garantir o direito à educação de qualidade, porém, para mascarar o quanto se perdeu na sua trajetória, vemos que isto vai sendo empregado de diversas formas sendo ela com programas bolsa escola e amigos da escola por exemplo que são meios de controlar e de amenizar a miséria, de atenuar o fracasso escolar mascarando as políticas excludentes e diminuindo as distorções na educação.

Apesar de todo descaso para com a educação, isso acaba equalizando o acesso, mas não garantindo a permanência da criança na escola nem a aquisição do conhecimento, o que deve partir da instituição como um todo o anseio pela evolução, seletividade e procedência no processo de uma educação de qualidade.

O DESENVOLVIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO GESTOR EDUCACIONAL

Na visão atual o gestor é a figura que promove o desenvolvimento na qualidade da educação, da mesma forma que sua função é importante sua rotina está cada dia mais complexa, devendo diariamente gerenciar todas as questões que envolvem a escola. Essa função vem mudando de expectativa, pois a escola vem se adaptando a ser um lugar formador de caráter, de cidadãos autônomos e críticos e o gestor tendo essa visão do todo exerce grande influencia principalmente nas relações interpessoais. O entendimento sobre a função de todos os envolvidos na educação é decisivo para determinar a qualidade da instituição, bem como o papel principal é o do gestor que articula as demandas e soluções para a aprendizagem significativa. Todas as mudanças que envolvem a educação devem ser vistas pelo gestor como uma oportunidade para inovar, para implementar e para superar os obstáculos da educação, sendo o agente capaz de aliar ações positivas para estimular a transformação tendo visão do futuro. Diante disso quais as atribuições do cargo do gestor para a qualidade e o desenvolvimento eficaz da escola?

A educação sendo considerada uma das áreas mais importantes tem na figura do gestor escolar uma função que não se resume apenas cumprir as leis que são impostas, prazos e decisões. Deve ser atuante e democrático propondo aos envolvidos situações que visem o sucesso da instituição, deve ser líder e ter características necessárias para sua liderança pensando no progresso de todos os envolvidos. Deve, mesmo quando algo não sair como planejado, incentivar a descoberta de onde ocorreu a falha e sugerir estratégias positivas para melhorar e prosseguir. Deve ter clareza de que sua equipe não limita-se apenas em escola, professores e alunos, mas sim nos pais e comunidade que fazem parte de onde a escola está inserida, devendo envolver estes em projetos e eventos oferecidos pela escola.

A escola que possui um gestor que visa o sucesso escolar de seus alunos tem a família como aliada na caminhada, onde os pais satisfeitos com o sucesso dos filhos atuarão junto à escola elevando inclusive o nome da instituição. Na organização escolar o papel do gestor muito contribui e quando pensamos em gestores autônomos percebemos que é necessário regulamentos para que a escola norteie seu trabalho mas deve se levar em conta que cada escola no âmbito e clientela se diferem entre si e que a postura do gestor na tomada de decisões tem caráter decisivo, porém esbarra nas leis vigentes, o que dificulta e fragmenta o processo.

A avaliação também é uma aliada aos processos de gestão e situa-se entre a articulação e a concepção formativa por isso faz-se necessário pautá-los, considerar o rendimento escolar e os impactos da desigualdade social e regional na consolidação das práticas pedagógicas necessitam de contextos diferenciados, pois a qualidade também depende da realidade e das questões de cada instituição de ensino. “A viagem da descoberta consiste não em achar novas paisagens, mas em ver com novos olhos”(Marcel Proust). Que possamos visualizar num todo enquanto a democracia como processo, deve partir de nós mesmos as iniciativas de elevação da qualificação do trabalho, onde a participação é sem dúvida o princípio básico para a transformação e consiste no trabalho do gestor escolar e demais integrantes serem intermediários na mobilização para as futuras tomadas de decisões por parte do Estado bem como seus percussores sobre as futuras tomadas de decisões e plano de ação diferenciados nas determinações políticas.

SISTEMAS ALTERNATIVOS PARA QUÊ?

As Organizações não Governamentais como Medida Sócio Educativa

Toda e qualquer modalidade de ensino deve buscar eficiência tendo em vista promover e estimular a frequência dos alunos em projetos alternativos. A criação de ONGs e outros projetos similares é o que podemos afirmar que auxilia os alunos nas tarefas, propõe oportunidades de crescimento intelectual, auxilia nas tarefas, complementa a educação dos bancos escolares e coopera na humanização do ser.

Segundo o site (suapesquisa.com) define-se como ONG:

ONG é um acrônimo usado para as organizações não governamentais (sem fins lucrativos), que atuam no terceiro setor da sociedade civil. Estas organizações, de finalidade pública, atuam em diversas áreas, tais como: meio ambiente, combate à pobreza, assistência social, saúde, educação, reciclagem, desenvolvimento sustentável, entre outras.

Toda ONG de qualidade tem como meta promover a construção da identidade pessoal e a socialização por meio da integração, auto-estima, respeito mútuo, comunicação, discernimento,

autonomia, noção de limites, diálogo, participação, cooperação, interação, cidadania, amizade, ética, formação humana, solidariedade e respeito às diferenças. Objetiva construir novos conhecimentos e potencializar habilidades individuais, a partir do interesse e do desenvolvimento das crianças e jovens, por meio da socialização, criatividade, transformação, cultura, experimentação, participação, afetividade, escolarização, trabalho, autonomia e outros. Visando à participação efetiva da família, escola e comunidade na construção dos processos de ensino e aprendizagem e na assimilação e vivência de valores humanos, sociais, afetivos, culturais, espirituais, que contribuam para a liberdade de expressão, planejamento coletivo, compromisso, envolvimento e conhecimento da realidade.

Dentro de sua elaboração pedagógica reafirma o compromisso em possibilitar às crianças e aos adolescentes o acesso ao conhecimento e à vivência de diversas formas de expressão de cultura e arte, resgatando a cultura popular e seus valores, desenvolvendo a criatividade e oportunizando o prazer através da expressividade, linguagens, emoções, identidade cultural, sensibilidade, coletividade, senso crítico, história e memória.

Com todo o assistencialismo engajado dentro das escolas neste modelo atual faz-se necessário uma parceria, um vínculo da escola com uma instituição que viabilize proporcionar o além do que está sendo ofertado nas escolas públicas. Defende-se a idéia de que as ações complementares à escola expressam, hoje, o que se mais valoriza na educação, isto é, o envolvimento da cidade como comunidade protetora e educadora. Não apenas a escola, mas todos os espaços estão sujeitos à aprendizagem, desde que com o compromisso e a participação da comunidade. O caráter é de utilidade pública e as políticas sociais são oferecidas gratuitamente no conjunto das diversas iniciativas sociocomunitárias, em que a população, vulnerabilizada pela pobreza e escassez de oportunidades e serviços, disponibiliza-se para combater a fome, a falta de geração de emprego e renda e as carências relacionadas à família, educação, saúde e meio ambiente.

PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

O programa PETI, programa de transferência de renda do governo federal para as famílias também se tornou uma opção de ação sócio educativa complementar à escola, e ofertado às crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho existentes resgatando a cidadania de seus educandos e inclusão social de suas famílias, em contrapartida a essa proposta as famílias devem comprometer-se com a retirada das crianças de todas e quaisquer funções laborais e de exploração e assegurar a permanência das mesmas na escola com frequência mínima de 85% carga horária mensal.

No que se refere ao componente de transferência de renda, as famílias novas, em situação de trabalho infantil, deverão ser incluídas no PBF, caso tenham renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 120,00, de acordo com a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Serão incluídas no PETI, caso tenham renda per capita mensal superior a R\$120,00, de acordo com os critérios de partilha de recursos do PETI previstos na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução no. 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social. Segundo o site do MEC (2009, p. 01).

Valor do benefício

Benefício do PBF	Benefício do PETI
Famílias em situação de trabalho infantil com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 120,00	Famílias em situação de trabalho infantil com renda per capita mensal superior a R\$ 120,00
Famílias com renda per capita de até R\$ 60,00: R\$ 50,00 + R\$ 18,00 por beneficiário (no máximo até 3) + R\$ 30,00 por jovem de 16 e 17 anos frequentando a escola (no máximo até 2)	A bolsa de R\$ 40,00 é paga para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes. Para as famílias de residentes em outros municípios ou em áreas rurais o valor da bolsa é de R\$ 25,00. A classificação do beneficiário nas áreas urbana ou rural é feita com base na identificação do domicílio da família no CadÚnico. (valor é repassado por criança/adolescente até 16 anos retirado da situação de trabalho)
Famílias com renda per capita acima de R\$ 60,00 e menor que R\$ 120,00: R\$ 18,00 por beneficiário (no máximo até 3) + R\$ 30,00 por jovem de 16 e 17 anos frequentando a escola (no máximo até 2)	

Esse programa apesar de possuir valor sobre o serviço sócio educativo o que posteriormente transforma-se em voto tem seu lado positivo, permite que no contra turno escolar seja oferecido às crianças e famílias um trabalho sócio assistencial garantindo a especificidade do foco quando nos referimos ao enfrentamento ao trabalho infantil definido através de cadastros de seleção e aprovação a vaga do aluno da família cadastrada, também permitindo a análise das necessidades da família inscrita e definição e inclusão de políticas públicas nessa área. Auxilia além do benefício a complementação na qualidade do ensino do indivíduo procurando aprimorar suas qualidades através de oficinas que desenvolvam sua possível qualificação para o mercado de trabalho.

Projetos advindos do governo como o Peti- Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, que atende no período oposto ao escolar tirando muitas crianças e adolescentes das ruas. Programas de qualidade que complementam a rotina escolar devem ter parcerias com as escolas, pois facilitam o desenvolvimento e beneficiam a parte cultural e intelectual, mantendo as crianças e os adolescentes ocupados na idade certa fazendo-os cidadãos de bem e construindo dentro do seu contexto histórico experiências concretas que alteram suas relações pessoais e reorganizam seu saber.

A FAMÍLIA COMO BASE DO PROCESSO

Apesar de todo o declínio de caráter moral do papel da família atual bem como na sua estrutura ou na dinâmica de suas funções que foram sofrendo transformações com o passar dos anos, o que se observou foi que devido às diversas mudanças no seu processo de modernização seja ela através da saída da mulher do âmbito familiar para assumir grande papel no mercado de trabalho dividindo suas tarefas como provedora de bens e educadora, ou seja pela questão econômica que

também influencia gravemente na questão da qualidade de vida das pessoas os componentes foram lesados ininterruptamente em sua educação. Como o surgimento da família moderna se deu a partir da família burguesa, grande estrela da sociedade capitalista Poster (1979, p.214) coloca que a família burguesa mantinha um sólido vínculo afetivo entre seus membros (pai/mãe/filhos) os papéis eram claramente definidos: o pai sustentava a casa, supria as necessidades materiais (mundo externo), a mãe cuidava da casa e da educação dos filhos, tentava suprir em todos os sentidos as necessidades físicas e emocionais de seus componentes (mundo interno), os filhos eram obedientes e estudiosos. Porém com todas as transformações já descritas, a família sofreu mudanças significativas em seu modo de viver, pois foi sendo estruturado durante o decorrer da trajetória cada qual colaborando de alguma forma diante das crenças, valores e regras que cada um trás quando uma família se constitui assim aos poucos construindo novas culturas.

Conforme a possibilidade que a família vai vivendo vem a sensação de que "se eu pudesse tudo seria diferente", se as coisas tivessem seguido um rumo diferente, minha família seria igual ao modelo que eu imagino, que "os outros" vivem. No caso de famílias da periferia, esses "outros" seriam os "ricos". Toda interpretação que se dá às relações e situações ocorridas numa família passam a ser elaboradas tendo por base este contexto da estrutura proposta (família pensada). Quando a família se afasta desta estrutura do modelo ela é considerada "desestruturada ou incompleta", é responsabilizada por problemas emocionais, desvios de comportamento e pelo próprio fracasso escolar da criança. Isto nos leva a perceber que o foco está na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações (SZYMANSKY, 1995).

Diante desse modelo de família que foi sendo construída com o tempo, merece uma reflexão sobre o papel desta na escola e sua contribuição e formação da criança e do adolescente. A família tem sido também culpada pela falta de apoio sistemático que está tendo em relação aos filhos e seu acompanhamento educacional, essa modernidade e falta de tempo provindas do capitalismo que tudo gira em torno à questão da ocupação diária tem afetado em grande massa as escolas. Um dos déficits da falta de qualidade na educação é a esse, o papel da família que repassou para a escola todo o comprometimento em relação a construção da cidadania cultural, psicológica e formal dos indivíduos.

Tradicionalmente a família tem estado por trás do sucesso escolar e tem sido culpada pelo fracasso escolar... Com efeito, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais quanto deficiências escolares. Trata-se, em geral, de família dotada de recursos econômicos e culturais. Complementa (CARVALHO, 2000)

A escola por sua vez não consegue abranger todas as necessidades necessárias para essa construção, portanto, tornou-se assistencialista disponibilizando através da educação merenda escolar, uniforme, dentista, psicólogo, fonoaudiólogo, reforço escolar, teste de audiometria, a educação formal e informal dos bancos escolares entre outros. E conhecendo os baixos níveis de escolaridade, baixa renda e da falta de participação ativa dos pais na escola que a gestão descentralizada deve buscar alternativas para estimular a eficácia no progresso educacional elevando a melhoria da produtividade, atribuindo à família a responsabilidade pela qualidade e o comprometimento à permanência do aluno na escola, rompendo barreiras entre família-escola enfatizando que essa parceria gera impacto e produz melhores resultados na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada de forma dedutiva compreendeu o estudo de referencial teórico sobre participação, autonomia e descentralização de poder. Percebeu-se o enfoque nas situações que versaram sobre o tema discussões sobre projetos envolvidos, participação ativa da família no âmbito educacional e autonomia/gerenciamento dos responsáveis pelas instituições de ensino e órgãos que estão vinculados às escolas.

A família nesse processo tem papel importante para o sucesso da escola, serve de base aos efeitos culturais e no processo de tomada de decisões. Os professores por sua vez participam ativamente de todo o processo e o gestor é o líder intermediário nesse processo. Percebeu-se com esse estudo que cada sistema de ensino deveria possuir autonomia para a elaboração de normas próprias a fim de desenvolver uma gestão democrática, entretanto nem sempre é fácil criar formas de organização pois a realidade que nos cerca é emanada de escalas de hierarquias e por mais eficiente e qualificado que seja o gestor educacional ainda é o sujeito que depende de outros órgãos para desempenhar sua função.

O primeiro desafio da gestão democrática caracteriza-se na falta de autonomia do gestor bloqueando suas atitudes e decisões. A gestão democrática na escola se faz com a construção democrática em nosso país, e isso requer atitudes seja ela de forma correta ou não capaz de descentralizar e delegar responsabilidades compatíveis para a realidade da escola e seu fortalecimento na construção da participação onde seus participantes avaliam quais as perspectivas e quais as modalidades que vêm sendo construída nas Unidades Escolares.

O convívio democrático é um processo desafiador que se constrói a cada dia através da escola, família e comunidade escolar e essa construção está interligada a todas as ações da escola e toda sua equipe essa mobilização social é concreta e necessária auxiliando gestores, professores e funcionários a proporcionarem uma educação melhor aos alunos. Esse convívio democrático é um processo diário e exige do gestor e membros da escola um planejamento seguro associando-as ao projeto pedagógico, pois este é o elemento norteador da organização.

Infelizmente as escolas em seu processo de autonomia não dependem unicamente do gestor que está no comando, mas sim de um conjunto de sistemas que devem descentralizar poderes para que este delegue as funções necessárias, sabemos que é difícil e que há grande resistência a mudanças em todos os setores e envolvidos na educação, e o que hoje observamos são escolas sem rumo e quase que fracassadas, insucessos, intervenções políticas e principalmente monitoramento, transformando-se em uma rede subordinada esperamos que algum dia o referencial mundial seja a educação e através da educação, mas enquanto não houverem políticas centralizadas, projetos articuladores e não fragmentados continuaremos sem ter uma educação para a cidadania e com isso não promovendo o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola..

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9.394/96 - **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial>>. Acesso em: ago. 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Caderno de Pesquisa, n.110, p. 143-155, 2000.

COPYRIGHT@2004 – 2008. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/ong.htm>. Acesso em: ago. 2009.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. **Políticas Públicas e Sociais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação**: ressignificando conceitos e possibilidades. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

POSTER, Mark. Teoria crítica da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SZYMANSKI, Heloisa. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão**: extraindo significados da base legal. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

WALTER, Garcia E. **Inovação Educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1984.

¹Artigo apresentado como requisito parcial para Pós Graduação *Lato Sensu* em Curso Complementar de Formação para o Magistério Superior.

² Acadêmica da Pós Graduação *Lato Sensu* em Formação para o Magistério Superior